



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Como reforçar o combate aos motoristas ilegais e apoiar os residentes na troca de cartas de condução do Interior da China**

Na sequência da implementação da política “Circulação de veículos de Macau na província de Guangdong”, o reconhecimento recíproco das cartas de condução entre o Interior da China e Macau vai entrar em vigor a partir do dia 16 de Maio, acreditando-se que esta política vai contribuir para a integração dos residentes de Macau no desenvolvimento da Grande Baía, facilitando aos condutores locais as deslocações às cidades da Grande Baía para trabalhar, estudar e viver em condições mais convenientes. Muitos condutores locais esperam que o Governo clarifique os procedimentos de tratamento e as formalidades, e disponibilize uma plataforma para lhes facilitar a obtenção da carta de condução do Interior da China. No entanto, após a entrada em vigor da política, os titulares de carta de condução válida em suporte de papel do Interior da China podem conduzir o tipo de veículos estipulado num prazo de 14 dias após a entrada em Macau, sem necessidade de obtenção da carta de condução de Macau. Caso pretendam continuar a conduzir depois de 14 dias, podem dirigir-se ao Departamento de Trânsito do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau para efectuar o registo, após o qual, podem continuar a conduzir directamente em Macau dentro do período de um ano.

A sociedade receia que esta política possa agravar a situação de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

trabalhadores e motoristas ilegais, afectando o emprego e os salários dos motoristas locais. Recentemente, alguns residentes descobriram que, em *websites* de recrutamento de trabalhadores não residentes do Interior da China, existem empresas de Macau a recrutar motoristas para entrega de mercadorias, mas, mesmo que essas informações possam não ser verdadeiras, é inevitável que deixem o sector preocupado.

A mobilidade dos motoristas ilegais é grande, o que dificulta a recolha de provas por parte da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL). Se não for o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) a inspeccionar os veículos e a descobrir na altura o trabalhador não residente a exercer funções de motorista, será difícil desvendar estas situações. Segundo a “Lei da contratação de trabalhadores não residentes”, se o empregador exigir ao trabalhador não residente que exerça uma actividade profissional diferente daquela para a qual foi autorizado, aquele é punido com uma multa de 5 000 (cinco mil patacas) a 10 000 (dez mil patacas), com revogação da autorização da contratação de trabalhadores não residentes concedida, acompanhada da privação, pelo período de seis meses a dois anos, do direito de pedir novas autorizações. A referida lei foi promulgada em 2009 e entrou em vigor há 14 anos, portanto, já está desactualizada e os seus efeitos dissuasores são insuficientes, por isso, é impossível reprimir os casos de motoristas ilegais. A maioria dos motoristas profissionais espera que o Governo aumente a eficácia da execução da lei e as sanções, com vista a aumentar os efeitos dissuasores e a proteger os direitos e interesses dos motoristas locais.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Face ao exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Actualmente, a fiscalização é feita através da inspecção de veículos em operações STOP nas vias públicas, assim, para além disso, os serviços competentes devem adoptar outras medidas concretas para combater os motoristas ilegais. Vão fazê-lo? Há alguns anos, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) revelou os dados relativos ao exercício ilegal da função de motorista em 2017 e 2018, mas, desde então, nunca mais divulgou esses dados. Assim, os serviços competentes devem divulgar, periodicamente, o número de motoristas suspeitos de exercício ilegal de funções e o número de multados, para que a sociedade fique a conhecer a situação de execução da lei por parte dos serviços competentes e a tendência dos motoristas ilegais em Macau. Vão fazê-lo?
2. O Governo deve proceder, em tempo oportuno, à revisão da lei, no sentido de elevar as sanções para aumentar os efeitos dissuasores. Vai fazê-lo? A Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) afirmou, recentemente, que todos os motoristas ilegais podem ser punidos criminalmente. Quais são os pormenores e o ponto de situação do seu tratamento?
3. O reconhecimento recíproco das cartas de condução entre o Interior da China e Macau vai entrar em vigor a partir do dia 16 de Maio. Neste momento, o Governo só divulgou o acordo do reconhecimento



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

recíproco, mas ainda não lançou as medidas concretas para o seu requerimento. O Governo deve disponibilizar aos residentes meios mais convenientes para lhes facilitar a obtenção da carta de condução do Interior da China. Vai fazê-lo?

10 de Março de 2023

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,  
Leong Sun lok**